**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

KÁSSIA FEITOSA DE OLIVEIRA

**A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CONFISCO EXERCIDO PELO
ESTADO FRENTE AO INADIMPLEMENTO DO IMPOSTO SOBRE A
PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**

**CAIAPÔNIA, GOIÁS
2020**

KÁSSIA FEITOSA DE OLIVEIRA

**A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CONFISCO EXERCIDO PELO ESTADO
FRENTE AO INADIMPLEMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE
VEÍCULOS AUTOMOTORES**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Esp. João Paulo de Sousa Morais

CAIAPÔNIA, GOIÁS

2020

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	03
2 PROBLEMA	03
3 HIPÓTESES	03
4 JUSTIFICATIVA	04
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	05
5.1 TRIBUTO E COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	05
5.2 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	06
5.3 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS.....	07
5.4 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA APREENSÃO DO VEÍCULO POR INADIMPLÊNCIA TRIBUTÁRIA	08
5.4.1 Princípio da Vedação ao Confisco	09
5.4.2 Princípio do Devido Processo Legal	10
5.5 SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	10
5.6 QUAL SERIA A MEDIDA CORRETA PARA O ESTADO RECEBER OS TRIBUTOS EM ATRASO?	11
6 OBJETIVOS	12
6.1 OBJETIVO GERAL	12
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
7 METODOLOGIA PROPOSTA.....	13
8 CRONOGRAMA.....	15
9 ORÇAMENTO	16
REFERÊNCIAS	17

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

A (in)constitucionalidade do confisco exercido pelo Estado frente ao inadimplemento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, têm muitas divergências no ordenamento jurídico brasileiro que motivam este trabalho. Tendo por um lado o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a qual institui o CTB, que em seu artigo 230, inciso V, autoriza a apreensão de veículos automotores pela ausência do pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e do outro lado a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988), que em seu artigo 150, inciso IV, veda a utilização do tributo com efeito de confisco, ou seja, proíbe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de confiscar os bens do contribuinte-condutor a fim de obrigá-lo a adimplir o tributo sem processo judicial.

2 PROBLEMA

A apreensão do veículo de forma abrupta e inópia fere diversos princípios basilares do Direito, ferindo também os direitos de defesa do contribuinte, e contrariando frontalmente a Constituição da República Federativa do Brasil em seus valores fundamentais que garantem ao cidadão o direito de ter seus bens.

Dessa forma, é de clareza solar que a forma como vem sendo realizada as apreensões de veículos por meio de *blitzs* em muitos Estados da federação parece ser inconstitucional.

Hodiernamente, o inadimplemento do IPVA pode ensejar tanto punições pecuniárias como administrativas, como multas e perda de pontos na Carteira Nacional de Habilitação do proprietário e, conseqüentemente, a apreensão do veículo, tudo isto sem que ocorra qualquer procedimento prévio, ou seja, havendo uma *blitz* e ocorrendo a aferição da ausência de pagamento pelo agente, há imediata apreensão do veículo, seguida de multa ao condutor, o que gera ainda mais despesas ao contribuinte, tornando ainda mais difícil a quitação do imposto devido pois, além do IPVA ele também terá que pagar a multa, a taxa de transporte do veículo até o local onde este ficará armazenado, juntamente com a estadia do automóvel no pátio do Detran ou depósito conveniado.

Ocorre então, um equívoco quando o Estado condiciona o recebimento do IPVA de forma célere à apreensão do veículo, pois essa apreensão não é amparada pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) havendo assim um conflito hierárquico das normas.

Diante dos problemas expostos, seria viável a realização de alterações legislativas no sentido de deixar claro que tributo não se confunde com a penalidade pecuniária que decorre do inadimplemento da obrigação tributária?

3 HIPÓTESES

Uma estratégia conveniente seria a fiscalização dos tribunais a fim de garantir a aplicabilidade das disposições constitucionais, para que práticas gravosas como essas não ocorram no ordenamento jurídico, de modo que faça valer a Constituição Federal.

Limitação do poder da polícia administrativa, quando se observa que há um abuso por parte dos órgãos estatais responsáveis pela fiscalização do trânsito, que usam de suas atribuições para desapropriar o cidadão de seus bens.

Aplicação correta da Lei nº 6.830/80 – Lei de Execuções Fiscais, que regula as formas como o Estado deve proceder para receber dívidas tributárias, respeitando, assim, regras de legalidade, ampla defesa e contraditório.

Realização de uma alteração legislativa na norma constritiva do art. 230 do Código de Trânsito Brasileiro, alterando o dispositivo presente que parece ferir as normas da Constituição Federal.

4 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa visa analisar a forma como o Estado utiliza-se do poder de polícia nas apreensões de veículos por inadimplência do IPVA. Analisando-se pode ser caracterizado excesso de poder nos atos praticados pela Administração Pública a fim de coibir o contribuinte ao pagamento do referido imposto. Bem como, examinar o conflito de normas relativo à inconstitucionalidade de tal conduta, uma vez que o artigo 230 do Código de Trânsito Brasileiro autoriza o agente público a apreender veículos automotores que estejam com atraso de pagamento de IPVA, e por consequência não esteja devidamente registrado e licenciado. Desta forma o pagamento do IPVA é um pressuposto para que o DETRAN possa emitir o

licenciamento anual do veículo. Tal prática vai contra os fundamentos principiológicos do Direito, como os princípios do Devido Processo Legal, Contraditório e Ampla Defesa.

Logo, faz-se necessário compreender que a Constituição Federal é a lei que rege o Estado Democrático de Direito, e todas as demais leis infraconstitucionais devem estar em concordância com ela sob pena de ser considerada inconstitucional. Portanto, o tema trazido é de suma importância pois analisa a divergência entre as normas e princípios constitucionais e a norma prevista em lei ordinária.

Entretanto o presente trabalho não visa discutir o pagamento do imposto, mas sim o direito do Estado de apreender o bem que é de propriedade do contribuinte vinculado ao não pagamento do tributo como autoriza o Código de Trânsito Brasileiro.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 TRIBUTO E COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

A cobrança de tributos é o que gera a principal receita do Estado. O Código Tributário Nacional traz então em seu artigo 3º a definição de tributo:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada (BRASIL, 1966).

Deste modo, entende-se que tributo se trata de uma prestação pecuniária não podendo ser confundido com a multa, uma vez que esta se trata de uma penalidade pecuniária que desencadeia com o inadimplemento da obrigação tributária.

A Constituição Federal de acordo com o Princípio da Legalidade Tributária atribui aos entes federativos a competência para que estes possam instituir tributos através da norma legal positivada, uma vez que não existe tributo sem lei anterior que o institua (BRASIL, 1988).

5.2 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Para que um imposto seja instituído ele não precisa estar vinculado a uma contraprestação estatal. Para tanto o Código Tributário Nacional conceitua-o em seu artigo 16: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte” (BRASIL, 1966).

O IPVA é um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, que por força da Carta Magna é conhecido como Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores, mas a Constituição Federal não faz distinção entre veículos rodoviários, aeroviários ou aquaviários, o que fez com o que o Supremo Tribunal Federal por meio da RE 134.509/AM se manifestasse a respeito do tema, preconizando que o campo de incidência do IPVA não inclui embarcações e aeronaves, cabendo tal tributação somente a veículos que circulam por meio terrestres. Desta forma, o IPVA trata-se de uma espécie de tributo com previsão no artigo 155, inciso III da Constituição Federal de 1988, que diz: “Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre: III- propriedade de veículos automotores” (BRASIL, 1988).

Como o fato gerador do tributo não tem vinculação a um ato do Estado, para que o contribuinte esteja vinculado ao imposto ele deve se enquadrar em alguma situação pré-estabelecida em lei, passando assim a ter uma obrigação pecuniária perante o Estado. Desta forma para que o contribuinte esteja sujeito ao pagamento do IPVA ele deve adquirir um veículo automotor que trafegue em vias terrestres, a fim de que este integre o seu patrimônio.

De acordo com o artigo 158, inciso III da Constituição Federal de 1988, a cobrança do IPVA é realizada anualmente pela Receita Estadual, e a metade do valor recebido é destinado ao Tesouro Estadual e a outra metade destinada ao município no qual o veículo foi emplacado. Desta forma, quanto mais veículos licenciados em determinado Estado, maior será a arrecadação de receitas para a administração pública do mesmo. Nesse sentido, pondera Mosqueira (2005, p. 557-579):

Há várias espécies de ingressos públicos: os tributos, as rendas produzidas pelos bens e empresas do Estado, os empréstimos contraídos, as transferências patrimoniais voluntárias (doações), as multas, as tarifas públicas, as expropriações em casos excepcionais (guerra) etc. Tais recursos estão ao alcance dos governantes para a consecução das funções estatais. (...) as receitas tributárias representam a espécie mais relevante de ingresso público nas economias modernas. Utilizando-se da técnica da tributação, o Estado procura suprir as necessidades coletivas.

Portanto o Estado com intuito de arrecadar receita de forma célere, condiciona a quitação do IPVA a expedição do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos, fazendo deste um meio para arrecadar o imposto devido pelo contribuinte quando na verdade este tem a finalidade de estabelecer as condições mínimas de circulação do veículo em vias terrestres.

5.3 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS

Acerca do licenciamento anual de veículos automotores o artigo 130 do Código de Trânsito Brasileiro preconiza: “Art. 130. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo” (BRASIL,1997).

Ao trafegar em vias terrestres o condutor do veículo deve obrigatoriamente portar o Certificado de Licenciamento Anual - CRLV. Este certificado é expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN após o contribuinte ter quitado todos os débitos vinculados ao veículo. Conforme o artigo 131, § 2º do Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 131. O Certificado de Licenciamento Anual será expedido ao veículo licenciado, vinculado ao Certificado de Registro, no modelo e especificações estabelecidos pelo CONTRAN. (...)

§ 2º O veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas. (...) (BRASIL, 1997).

Caso o condutor de determinado veículo venha ser parado em uma *blitz* sem portar a licença e registro deste pode ocorrer medidas administrativas e pecuniárias conforme o Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 230. Conduzir o veículo:

V -que não esteja registrado e devidamente licenciado;

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa e apreensão do veículo;

Medida administrativa - remoção do veículo (BRASIL, 1997).

O já citado artigo 230 do CTB foi instituído pelo legislador visando a dificuldade do Estado em receber o imposto quando o contribuinte se exime de efetuar o pagamento, para tanto ele deu ao Estado a possibilidade de exigir o referido pagamento de forma coercitiva

sem que ocorra qualquer procedimento prévio. Desta forma, entende-se que se no momento da *blitz* quando o agente verificar a ausência de pagamento, haverá a imediata apreensão do veículo.

5.4 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA APREENSÃO DO VEÍCULO POR INADIMPLÊNCIA TRIBUTÁRIA

Uma vez que os tributos tratam de uma grande fonte de receita estatal, torna-se indispensável que a partir do momento em que o contribuinte se enquadra no fato gerador em que incide o tributo, este tem a obrigação de adimpli-lo. Como bem explica José Casalta Nabais (1988. p. 186):

[...] um Estado, para cumprir suas tarefas, tem de socorrer-se de recursos ou meios a exigir dos seus cidadãos, constituindo justamente os impostos esses meios ou instrumentos de realização das tarefas estaduais. Por isso, a tributação não constitui, em si mesma, um objetivo (isto é, um objetivo originário ou primário) do estado, mas sim o meio que possibilita a este cumprir os seus objetivos (originários ou primários), atualmente consubstanciados em tarefas de estado de direito e tarefas de estado social, ou sejam, em tarefas do estado de direito social.

Porém, mesmo que o recolhimento de tributos seja indispensável à manutenção do Estado existem regras quanto à legalidade de sua instituição e cobrança. Não pode o Estado abusar da sua supremacia sob os indivíduos para fazê-lo sem observância dos meios legais disponíveis para tanto.

No que refere aos meios legais disponíveis, conforme os ensinamentos de Pimentel Júnior (2003, p.17) a Constituição “é a norma fundamental, pois traz em si um conjunto de preceitos jurídicos responsáveis pelo estabelecimento e pela manutenção do Estado”. Desta forma, tem a Carta Magna como um documento indispensável para manutenção da rigidez do ordenamento jurídico pátrio, para tanto todo ato normativo deve estar em concordância com esta, sob pena de ser declarado inconstitucional caso haja um conflito de normas.

O vocábulo “inconstitucionalidade” remete o leitor a imaginar a existência de possível contrariedade de uma declaração de vontade ou de um ato normativo com a Constituição. Realmente, essa é a ideia primordial (RAMOS, 1994, p.61).

Com essa premissa tem-se que, com a existência de conflito normativo somente uma das normas poderá prevalecer, sendo que a hierarquicamente superior prevalece sobre a hierarquicamente inferior.

5.4.1 Princípio da vedação ao confisco

O princípio da vedação ao confisco está disposto no Art. 150, IV da Carta Magna, que determina que:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
IV - utilizar tributo com efeito de confisco; (...) (BRASIL, 1988).

O confisco do Estado trata de uma ação que consiste em transferir para si os bens de um particular. O confisco pode também ser definido como “apreensão e adjudicação ao fisco de bens do patrimônio de alguém por violação da lei e como pena principal ou acessória” (PAULO, 2002, p. 82).

De acordo com Hugo de Brito Machado (2003, p. 45) “Os princípios jurídicos da tributação existem para proteger o cidadão contra os abusos do Poder de Tributar pertencente ao Estado”. Para Yoshiaki Ichihara (2003, p. 62), “jamais a tributação pode ter uma conotação confiscatória, de forma que venha descaracterizar essa natureza tributária, e partindo como forma de uma penalidade”.

Existe uma distinção entre “confisco” e “efeito de confisco” como explica o doutrinador Vittorio Cassone (2012. p. 108-109):

De forma clara e precisa, sustenta tal distinção: Veja-se que o ‘efeito de confisco’ não se confunde com “confisco”. Isto quer dizer que, toda vez que a tributação afeta, seriamente, uma atividade, através de uma tributação elevada, ou de uma penalidade pecuniária elevada, o ‘efeito de confisco’ se caracterizará, implicando inconstitucionalidade. E, via de consequência, se toda a ‘renda’ for tomada pela tributação, vai-se além do “efeito de confisco”, para chegar-se ao próprio ‘confisco’.

Sendo assim quando o Fisco realiza a cobrança de um tributo, ele não pode se apoderar da totalidade do patrimônio do contribuinte de forma onerosa. Posto que, quando isso acontece tem-se uma cobrança não autorizada por Lei.

5.4.2 Princípio do devido processo legal

O artigo 5º, inciso LIV da Constituição Federal consagra uma garantia constitucional ao princípio do devido processo legal. O referido artigo dispõe que: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (BRASIL, 1988). Este princípio garante a todos os indivíduos o direito a ter um processo justo com expressa observância às normas legais, sendo assim o papel do Estado, que nesse caso é o titular do direito de arrecadação, é utilizar dos meios adequados a fim de garantir a satisfação integral do crédito tributário devido. Conforme preconiza José Afonso Silva (2005, p.431-432):

O princípio do devido processo legal combinado com o direito de acesso à justiça (artigo 5º, XXXV), o contraditório e a ampla defesa (artigo 5º, LV), fecha o ciclo das garantias processuais. Assim, garante-se o processo com as formas instrumentais adequadas, de forma que a prestação jurisdicional, quando entregue pelo Estado, dê a cada um, o que é seu.

Entende-se, portanto que tal princípio trata-se da origem dos demais princípios relativos ao processo, como a ampla defesa, contraditório, razoável duração do processo, isonomia, entre outros que são garantias de um processo/procedimento justo. Devendo ser observado formalmente e substancialmente, atentando à lei na sua formalidade e garantindo a justiça na sua materialidade.

5.5 SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Apesar da Suprema Corte ainda não ter se posicionado especificamente sobre o tema, esta já se manifestou sobre matéria similar, quando analisou a questão da inadmissibilidade de atos coercitivos a fim de forçar o contribuinte a efetuar o pagamento de um tributo:

É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para o pagamento de tributos (BRASIL, 1963).

É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributos (BRASIL, 1963).

Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais (BRASIL, 1969).

Nota-se que o entendimento do Supremo Tribunal Federal, foi no sentido de proibir o Estado de praticar atos que obriguem o devedor adimplir tributo, uma vez que tal prática fere direitos fundamentais previstos constitucionalmente.

5.6 QUAL SERIA A MEDIDA CORRETA PARA O ESTADO RECEBER OS TÍTULOS EM ATRASO?

O Estado deve dar ao contribuinte o direito de defender mesmo na via administrativa, uma vez que a situação terá como consequência a privação de um bem. Segundo o entendimento Alexandre de Moraes (2010, p.107):

O devido processo legal tem corolários a ampla defesa e o contraditório, que deverão ser assegurados aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, conforme o texto constitucional expresso (art. 5º, LV). Assim, embora no campo administrativo, não exista a necessidade de tipificação estrita que subsuma rigorosamente a conduta à norma, a capitulação do ilícito administrativo não pode ser tão aberta a ponto de impossibilitar o direito de defesa, pois nenhuma penalidade poderá ser imposta, tanto no campo judicial, quanto nos campos administrativos ou disciplinares, sem a necessária amplitude de defesa.

Quando o Estado apreende o bem de um cidadão sem um processo que permita que este cidadão se defenda ele está agindo arbitrariamente impondo de forma excessiva uma penalidade. Deve-se então buscar meios legais para que possa ser evitado o abuso de poder por parte do Estado.

A Lei de Execuções Fiscais prevê como dar-se-á a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública:

Art. 1º - A execução judicial para cobrança da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias será regida por esta Lei e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil.

Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 1980).

Quando o contribuinte pratica o fato gerador tributário nasce a obrigação tributária, se o contribuinte cumpre a obrigação principal e paga o tributo extingue-se o crédito tributário. Há a possibilidade de suspender o crédito tributário para evitar a execução fiscal, com o depósito do montante legal, impetração de mandado de segurança repressivo, ingresso de ação anulatória com depósito, entre outros, mas caso o crédito tributário não tenha sido extinto ou suspenso e o contribuinte se exima de pagar o tributo, o fisco irá inscrever o contribuinte na Dívida Ativa, ao fazer determinada inscrição extrai a Certidão da Dívida Ativa - CDA, e munido desta Certidão o fisco poderá promover a ação de execução fiscal, não podendo,

entretanto ignorar qualquer das etapas enseja nulidade do processo de cobrança. O prazo para propor a ação de cobrança do crédito tributário prescreve no prazo de 05 (cinco) anos, contados a data da sua constituição definitiva, conforme art. 147 do Código Tributário Nacional (CTN).

De acordo com o entendimento do professor de Direito Tributário Paulo Roberto Coimbra Silva (2011, p. 179):

Ora, havendo procedimentos legalmente previstos para a devida cobrança de crédito tributário, que, a propósito, possui contundentes garantias e privilégios (art. 183 a 193, do CTN), é vedada à Administração Pública a utilização de outros mecanismos neste mister. De fato, se o Estado já dispõe de um meio legal e idôneo para a exigência de suas dívidas, que é a ação de execução fiscal, aliada ao protesto da dívida ativa, não lhe é lícito utilizar-se de outros expedientes como forma de coação dos contribuintes/proprietários para a satisfação seus próprios arrecadatórios.

Desta forma, se o contribuinte deixar de adimplir com suas obrigações tributárias o Estado não pode restringir o seu direito de propriedade sem dar a este indivíduo a garantia do devido processo legal. Uma vez que o Estado tem a obrigação de utilizar-se dos meios legais para garantir a satisfação do crédito.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o arcabouço jurídico que versa sobre a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e sua conformidade com os preceitos constitucionais, principalmente o devido processo legal.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Indicar os meios legais para aplicabilidade das disposições constitucionais vigentes a fim de evitar que sejam cometidas atrocidades que venham minimizar os direitos individuais conhecidos.

Apontar que a expedição do Certificado de Registro e Licenciamento Anual de Veículos Automotores – CRLV é condicionada à quitação dos débitos relativos ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Discutir o uso correto da Lei de Execuções Fiscais, bem como apurar a inconstitucionalidade do disposto no artigo 230, inciso V, do Código de Trânsito Brasileiro a fim de que os órgãos legitimados procedam à apuração e tomem as medidas cabíveis

7 METODOLOGIA PROPOSTA

A metodologia é o conjunto de procedimentos e técnicas que tem como fim a estruturação do trabalho científico. Significa dizer que “a metodologia é uma preocupação instrumental” com a pesquisa a ser realizada (JUSTI; VIEIRA, 2016, p. 34).

Conforme explica Gil (2007), o tipo de pesquisa deve ser classificado em seus procedimentos metodológicos com base em seus objetivos, assim como nos procedimentos técnicos utilizados de coleta e análise de dados, e que dentro de cada uma dessas tipologias existem diversas subdivisões, originando vários tipos de pesquisa, cada qual com suas características e peculiaridades próprias.

Sendo assim a pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como hipotética dedutiva, bibliográfica/documental e descritiva.

Quanto à metodologia optou-se pelo método hipotético dedutivo. Esta opção se justifica porque busca formular hipóteses que solucionem o problema exposto.

Quanto ao procedimento, esta pesquisa realizar-se-á por meio da pesquisa bibliográfica, que é aquela feita em documentos impressos como livros, artigos, sites de internet, dentre outros, e pesquisa documental por meio de leis, usando como técnica de coleta de dados a documentação indireta necessária para alcançar uma visão clara do tema proposto.

Perante o exposto, nas palavras de Severino (2007, p. 122) “A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos”.

A pesquisa documental, por sua vez, trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, entretanto, recorre de fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento

analítico, tais como: tabelas estatísticas, projetos de lei, ofícios, informativos, entre outros (SANTOS, 2000).

No que tange aos objetivos, a pesquisa determinar-se-á como descritiva, conceituando o Certificado de Registro e Licenciamento Anual de Veículos Automotores e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, e diferenciando tributo de penalidade pecuniária, tendo como finalidade a criação de um texto de fácil compreensão que possa agregar conhecimento à sociedade quanto às formas de cobrança de tributo e esclarecer os meios que o Estado possui de exigir do contribuinte o pagamento do IPVA.

Tem-se ainda que a abordagem do problema será na forma qualitativa que de acordo com Lakatos e Marconi (2007), é o meio de raciocínio a ser seguido, expondo a complexidade de certa problemática, examinando a complementação de determinadas variáveis, com exame mais minucioso no tocante aos fenômenos em estudo.

Ainda, discorre-se por meio da interdisciplinaridade das disciplinas de Direito Constitucional, Código de Trânsito Brasileiro, Código Tributário Nacional, dentre outros. Serão coletados dados em publicações de sítios eletrônicos, livros, legislação, cartilhas, artigos científicos, dentre outras, no qual foram lidas e analisadas a fim de se obter um aprofundamento do tema e delimitação da problemática.

8 CRONOGRAMA

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1º	2º	3º	4º
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas	02/2020			
Elaboração do projeto	02-03/2020	04-05/2020		
Entrega do projeto final ao orientador e defesa		06/2020		
Reformulação do projeto e entrega à coordenação		06/2020		
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema			08/2020	
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos			09/2020	
Análise e discussão dos dados				10-11/2020
Elaboração das considerações finais				11/2020
Revisão ortográfica e formatação do TCC				12/2020
Entrega das vias para a correção da banca				12/2020
Arguição e defesa da pesquisa				12/2020
Correções finais e entrega à coordenação				12/2020

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	Un.	Qtde.	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Resma de papel A4(75g/m²)	un	2	15,00	30,00
Encadernação em espiral	un	7	3,50	24,50
Correção e formatação	un	40	7,00	280,00
Caneta esferográfica	un	2	1,00	2,00
Total				336,50
Fonte financiadora: recursos próprios.				

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.503, de 23 setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 set. 1997. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.503%2C%20DE%2023%20DE%20SETEMBRO%20DE%201997&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20de%20Tr%C3%A2nsito%20Brasileiro.&text=Art.%201%C2%BA%20O%20tr%C3%A2nsito%20de,rega%2Dse%20por%20este%20C%C3%B3digo.>. Acesso em: 18 maio 2020.

_____. Presidência da República. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 set. 1980. Seção 1, p. 19051. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16830.htm#:~:text=LEI%20No%206.830%2C%20DE,Art.>. Acesso em: 18 maio 2020.

_____. Presidência da República. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 out. 1966. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.172%2C%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%201966.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20Tribut%C3%A1rio,%C3%A0%20Uni%C3%A3o%2C%20Estados%20e%20Munic%C3%ADpios.> Acesso em: 18 maio 2020.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Súmula 323*. Sessão Plenária de 13 dezembro 1963. Edição: Imprensa Nacional, 1964.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Súmula 547*. Sessão Plenária de 03 de dezembro 1969, DJ 10/12/1969.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Súmula 70*. Sessão Plenária de 13 de dezembro 1963. Edição: Imprensa Nacional, 1964.

CASSONE, V. *Direito tributário*. 23.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ICHIHARA, Y. *Direito tributário*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

MACHADO, H. B. *Curso de Direito Tributário*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. São Paulo: Atlas, 2007.

MOSQUEIRA, R. Q. *Tributação e Política fiscal*. Segurança Jurídica na Tributação e Estado de direito. São Paulo: Noeses, p. 557-579, 2005).

MORAES, A. *Direito Constitucional*. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NABAIS, J. C. *O dever fundamental de pagar impostos*. Contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo. Coimbra: Almedina, 1998.

PAULO, A. (Org.). *Pequeno Dicionário Jurídico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PIMENTEL JÚNIOR, P. G. *Constituição & eficácia social*. Curitiba: Juruá, 2003.

RAMOS, E. S. *A inconstitucionalidade das leis: vício e sanção*. São Paulo: Saraiva, 1994.

SANTOS, A. R. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. A. *Curso de direito constitucional positivo*. 25 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, P. R. C. *IPVA - Imposto sobre a propriedade de veículos automotores*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.